



DNOCS

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
- DNOCS –

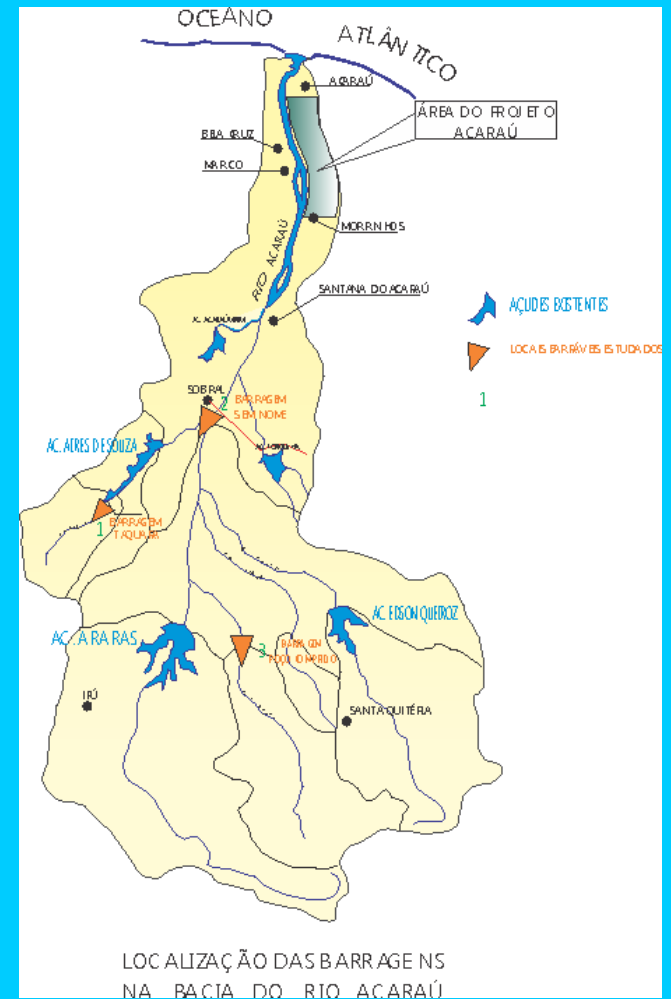
**“DNOCS - Irrigando o
Semi-árido”**

PROJETO DE IRRIGAÇÃO BAIXO ACARAÚ



LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

PORTO DO PECÉM: 150 KM

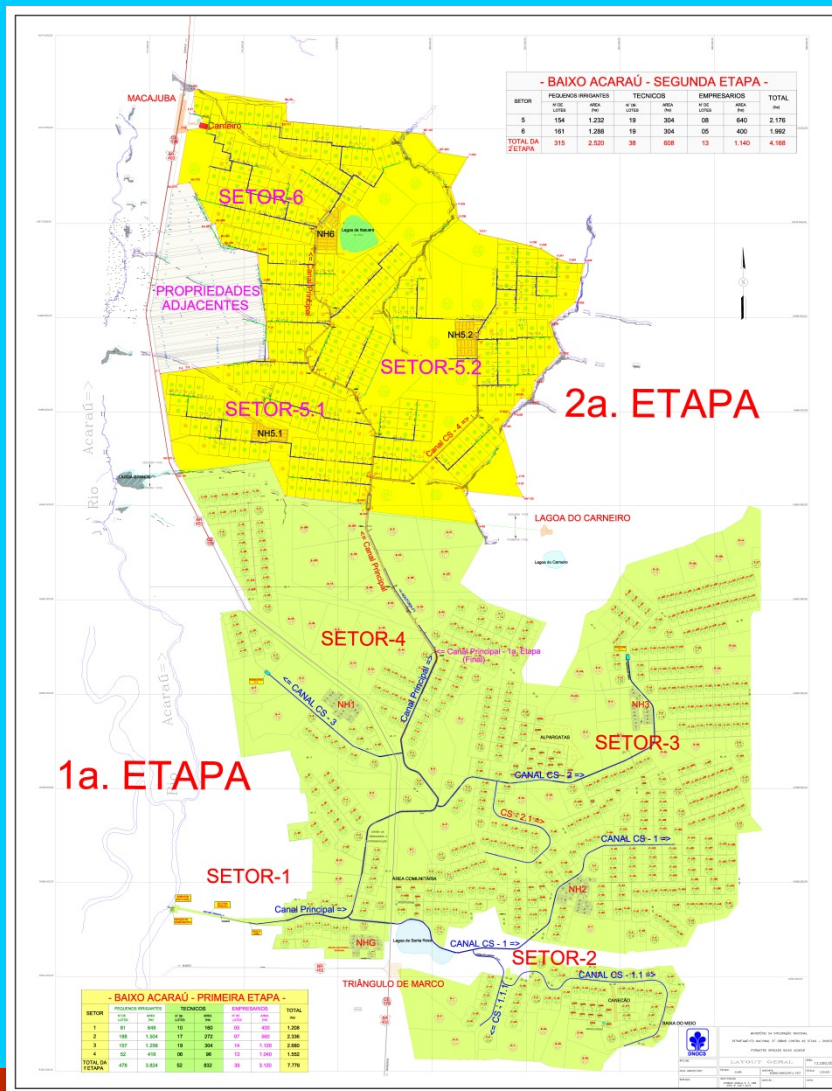


LAY-OUT GERAL DO PROJETO

**ÁREA
TOTAL:
12.631 ha**

**1a
ETAPA:
8.463 ha**

**2a
ETAPA:
4.168 ha**





DNOCS

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
- DNOCS –

**“DNOCS - Irrigando o
Semi-árido”**

BAIXO ACARAÚ - 1ª ETAPA

**O
P
E
R
M
A
Ç
Ã
O**



BAIXO ACARAÚ - 1ª ETAPA

IMPLANTADOS:

TIPO DE IRRIGANTE	PEQUENOS IRRIGANTES		TÉCNICOS AGRÍCOLAS OU AGRÔNOMOS		EMPRESÁRIOS		ÁREA TOTAL (há)
	No. DE LOTES	ÁREAS (ha)	No. DE LOTES	ÁREAS (ha)	No. DE LOTES	ÁREAS (ha)	
1a. ETAPA	478	3824	52	832	39	3120	7776

**1a
ETAPA:
8.463 ha**

**EM
OPERAÇÃO**

**PRINCIPAIS
CULTIVOS
PRODUTIVIDADES
E**

**VALOR BRUTO DA
PRODUÇÃO ANUAL**

CULTURAS	Áreas (ha)	Valor Bruto (R\$ x1000)	Produtividade (kg/ha.ano)	Produtividade (Frutos/ha.ano)
Banana	596,43	4.962,30	20.800	
Abacaxi	32,00	550,40		21.500
Melancia	418,71	3.081,69	23.000	
Melão	24,00	236,88	21.000	
Mamão	167,00	2.645,28	48.000	
Maracujá	66,00	2.091,67	22.800	
Milho	100,94	726,76		40.000
Abóbora	150,78	1.509,35	13.000	
Caju/ Castanha	64,50	322,50	2.500	
Manga	105,92	1.186,34	14.000	
Graviola	65,00	650,00	5.000	
Coco	686,60	7.140,64		26.000
Goiaba	176,70	6.289,64	31.500	
Sapoti	30,00	277,20	4.200,00	
Mandioca	95,95	1.151,45	30.000	
Feijão Verde	62,31	374,22	2.100	
Laranja	160,00	4.320,00	18.000	
Acerola	60,00	2.122,50	28.300	
TOTAL	3.062,85	39.638,81		



DNOCS

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
- DNOCS –

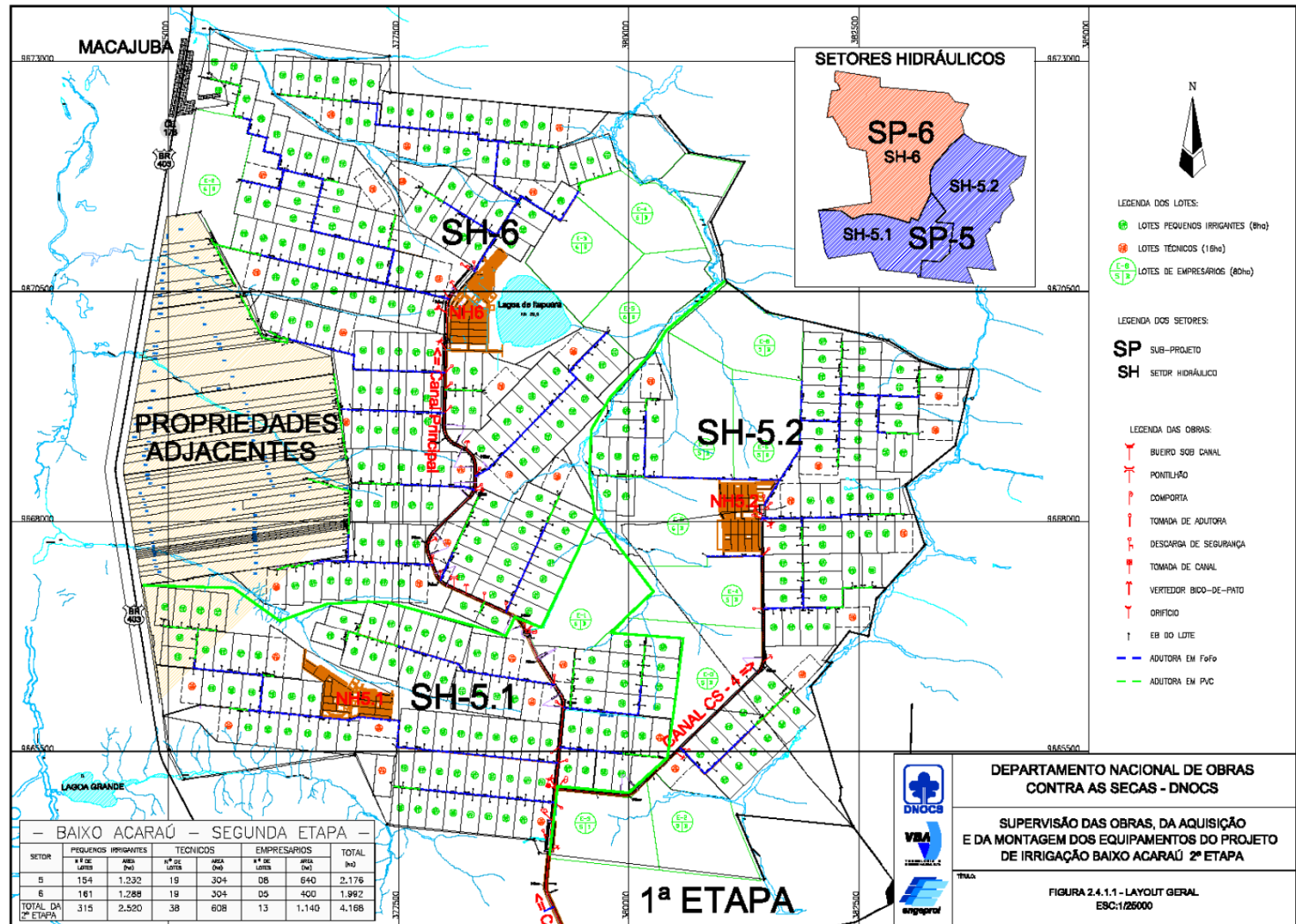
**“DNOCS - Irrigando o
Semi-árido”**

BAIXO ACARAÚ - 2ª ETAPA

**I
M
P
L
A
N
T
A
Ç
Ã
O**



LAY-OUT GERAL – 2ª ETAPA



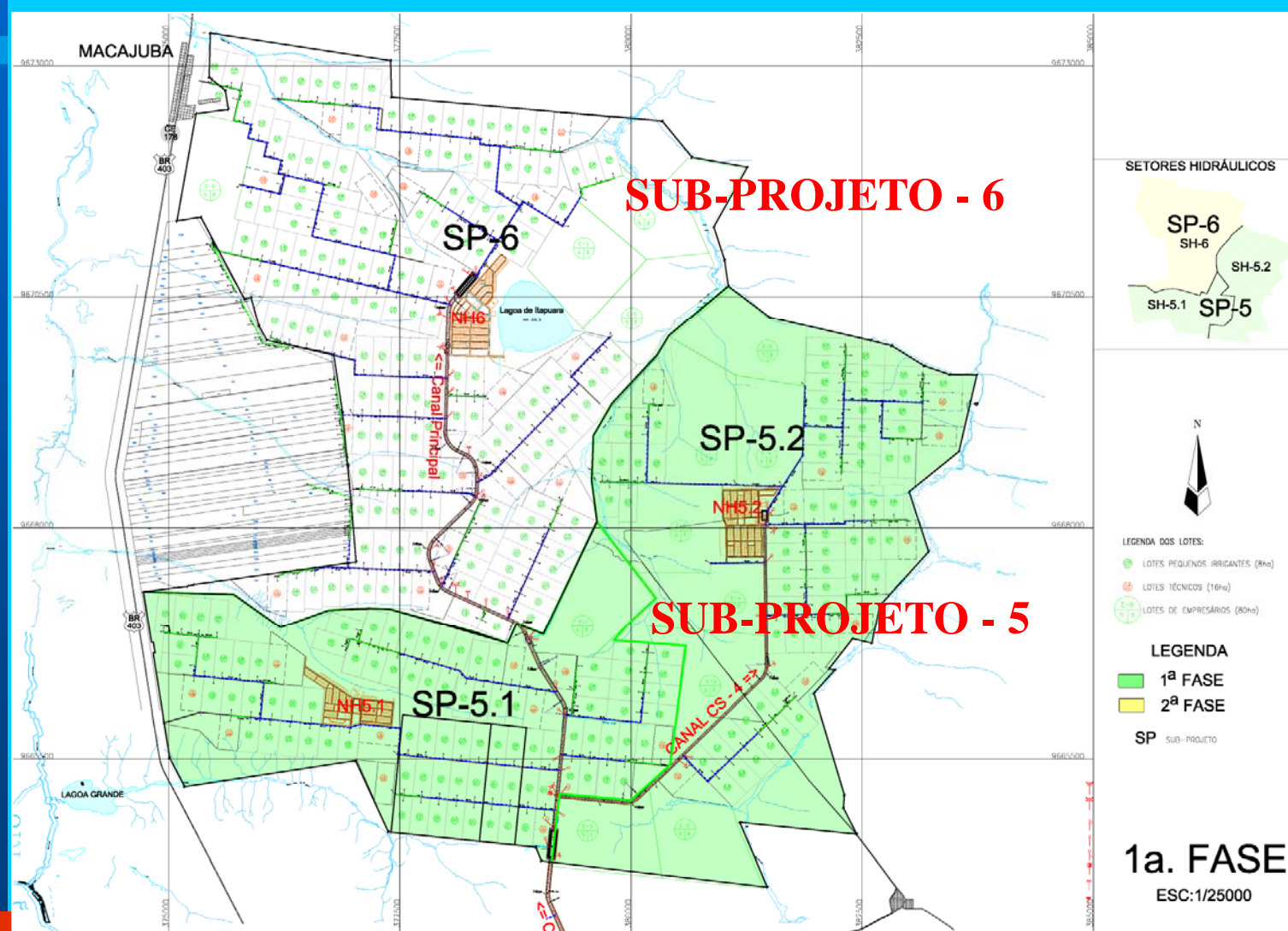
PARCELAMENTO DA ÁREA – 2ª. ETAPA

**ÁREA
TOTAL:
4.421 ha**

- **PEQUENOS PRODUTORES :**
 - 315 Lotes de 8 ha (154 no SP-5);
 - Área Total = 2.520 ha;
- **TÉCNICOS AGRÍCOLAS/AGRÔNOMOS :**
 - 38 Lotes de 16 ha (19 no SP-5);
 - Área Total = 608 ha;
- **EMPRESÁRIOS :**
 - 13 Lotes de 80 ha (5 no SP-5);
 - Área Total = 1.140 ha;
- **PROPRIEDADES ADJACENTES :**
 - 43 Propriedades Beneficiadas;
 - Área Total = 253 ha.

ÁREA PRIORIZADA PARA IMPLANTAÇÃO

S
I
M
P
L
A
R
N
O
T
A
Ç
Ã
O
5



SITUAÇÃO ATUAL DA IMPLANTAÇÃO DA 2ª. ETAPA

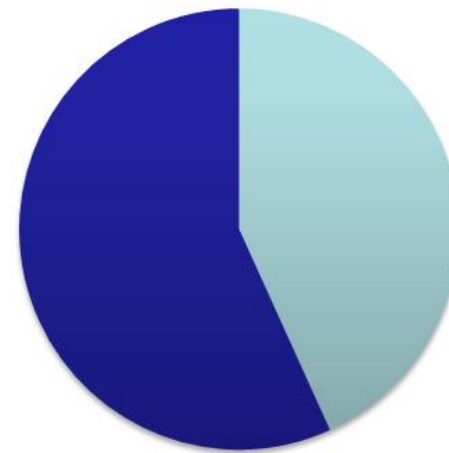
S
I
M
P
L
A
R
N
O
T
A
Ç
Ã
O
5

PROJETO BAIXO ACARAÚ – 2ª. ETAPA

■ EXECUTADO

■ A EXECUTAR

57%



43%

ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO

O
B
R
A
C
O
N
C
L
U
Í
D
A



- 01 BOMBA
- 01 QCM
- 06 VENTOSAS

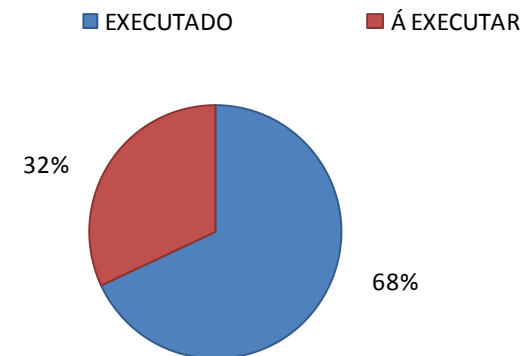


CANAL PRINCIPAL

EXERCÍCIO
OBRAS



- COMP TOTAL= 10.275 m
- EXECUTADO = 7.214 m
- EXECUTADO: 68%

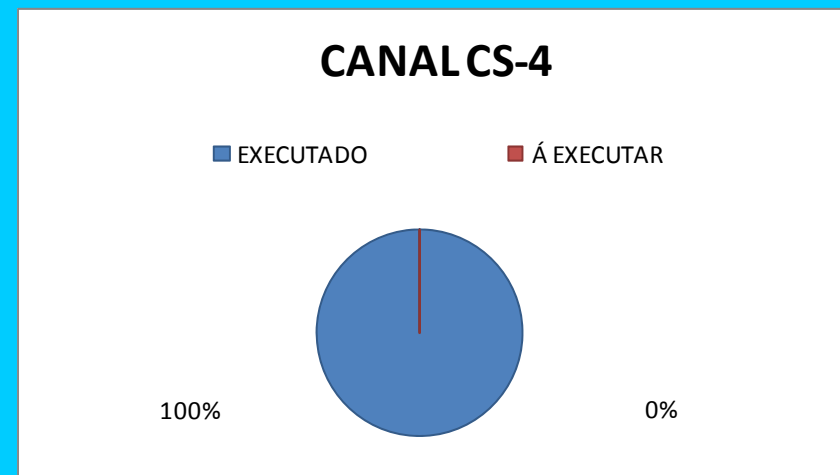


CANAL SECUNDÁRIO 4 - CS4

CONCLUÍDA
OBRERA



- COMP TOTAL= 4.470 m
- COMP EXEC= 4.470 m
- EXECUTADO: 100%



VERT. BICO DE PATO 1 - VBP1

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO: EST 472+17,57 m
- EXECUTADO: 100%



VERT. BICO DE PATO 2 - VBP2

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO:EST 490+23,00 m
- EXECUTADO: 100%



VERT. BICO DE PATO 3 - VBP3

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO: EST 509+13,00 m
- EXECUTADO: 100%



VERT. BICO DE PATO 4 - VBP4

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO:EST 524+13,00 m
- EXECUTADO: 100%



VERT. BICO DE PATO 5 - VBP5

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO:EST 643+18,00 m
- EXECUTADO: 100%



RESERVATÓRIO – R1

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO:EST 643+18,00 m
- EXECUTADO: 100%



RESERVATÓRIO – R5

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL CS-4
- POSIÇÃO:EST 643+18,00 m
- EXECUTADO: 100%



DESCARGA DE SEGURANÇA - DS3

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO:EST 643+18,00 a EST 659 +18,00 m
- EXECUTADO: 100%



DESCARGA DE SEGURANÇA - DS14

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL CS-4
- POSIÇÃO:EST 643+18,00 a EST 659 +18,00 m
- EXECUTADO: 100%



COMPORTA 2 – C2

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO: EST 659 +18,00m
- EXECUTADO: 100%



DESCARGA DE SEGURANÇA - DS4

CONCLUÍDA
OBRA



- OBRA CANAL PRINCIPAL
- POSIÇÃO:EST 661+5,00
- EXECUTADO: 100%



REDE DE DISTRIBUIÇÃO

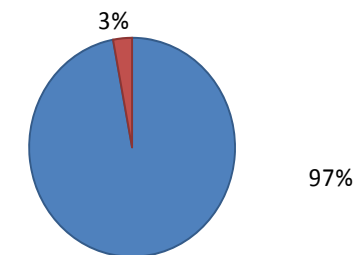
EXERCÍCIO
OBRAS



- ADUTORAS SP-5 e SP-6
- QUANTIDADE : 58,09 km
- EXECUTADO: 26,8 km (SP-5)
- EXECUTADO: 46,1%

ADUTORAS-SP-5

■ EXECUTADO ■ Á EXECUTAR



ESTAÇÕES BOMBEAMENTO LOTES

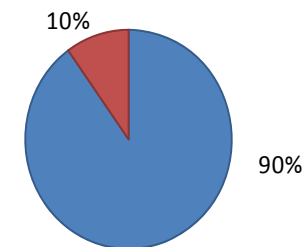
EXERCÍCIO
OBRAS



- QUANTIDADE TOTAL SP-5
- QUANTIDADE : 156/173
- EXECUTADO: 90%

EST. BOMB. LOTES-SP-5

■ EXECUTADO ■ Á EXECUTAR



ESTRADAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS

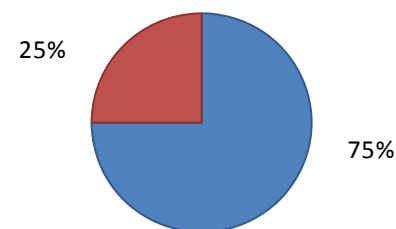
EXERCÍCIO
OBRAS



- REDE VIÁRIA
- PRINCIPAL : 15.06 km
- SECUNDÁRIA: 71,55 km
- EXECUTADO: 50%

ESTRADAS-SP-5

■ EXECUTADO ■ Á EXECUTAR



AUTOMAÇÃO E CONTROLE

EXERCUCÃO
OBRAS E M



- AUTOMAÇÃO & CONTROL
- EXECUTADO: 20%



DESMATAMENTO RACIONAL – SP-5

O
B
R
A
E
M
E
X
E
R
C
U
Ç
Ã
O



DESMATAMENTO RACIONAL

- A EXECUTAR 114 LOTES
- EM EXECUÇÃO: 60 LOTES (35%)



REDES ELÉTRICAS DA 2ª. ETAPA

EXERCÍCIO
OBRAS



REDES ELÉTRICAS

- TOTAL 134,2 KM
- A EXECUTAR 74,2 KM (55%)
- EXECUTADO: 60,0 KM (45%)



SITUAÇÃO FINANCEIRA DO EMPREENDIMENTO

RS

POSIÇÃO FINANCEIRA DA OBRA						
ITEM	EMPRESAS	OBJETO	VALOR CONTRATADO	SALDO DE EMPENHO	SALDO DE CONTRATO	% À EXECUTAR
1	EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A	FORNECIMENTO E CONSTRUÇÃO DAS OBRAS CIVIS	105.343.687,68	49.053.677,47	53.680.812,78	50,96%
2	COSAMPA - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.	FORNECIMENTO E CONSTRUÇÃO DAS REDES ELÉTRICAS	7.732.600,00	4.409.681,83	4.407.425,31	57,00%
3	CONSÓRCIO VBA/ENGEPROL	SUPERVISÃO DAS OBRAS	8.617.807,61	999.231,87	764.946,07	8,88%
		TOTAIS	121.694.095,29	54.462.591,17	58.853.184,16	

AS OBRAS DO SUB-PROJETO-5 ESTARÃO CONCLUÍDAS EM MARÇO/2013

AS OBRAS DA 2a. ETAPA ESTARÃO CONCLUÍDAS EM DEZEMBRO/2013

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

- **MUNICÍPIOS:** ACARAÚ, MARCO E BELA CRUZ;
- **POPULAÇÃO DIRETAMENTE BENEFICIADA:** 116.000 hab,
SENDO QUE 50% RESIDE NA ZONA RURAL;
- **EMPREGOS GERADOS:**
 - ✓ **Durante a Construção da 2ª Etapa:**
 - Diretos: 360
 - Indiretos: 720
 - ✓ **Na Irrigação do Projeto Total (1ª e 2ª Etapas):**
 - Diretos: 5.900
 - Indiretos: 11.800
- **POPULAÇÃO BENEFICIADA:** 35.500 hab;
- **RENDA MÉDIA LIQUIDA POR HECTARE:** R\$ 5.000,00/ANO

DESAPROPRIAÇÃO FUNDIÁRIA DA 2ª. ETAPA

- **MUNICÍPIO:** ACARAÚ-CE;
- **PROPRIEDADES ADQUIRIDAS:** 55 UND;
- **ÁREA DESAPROPRIADA:** 5.033,44 ha;
- **PROPRIEDADES INDENIZADAS:** 100%;
- **VALOR TOTAL PAGO:** R\$ 22.000.000,00;
- **ÁREA A SER DESAPROPRIADA (RESERVA LEGAL):** VALOR R\$ 1.200.000,00

REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS DA 2ª. ETAPA

- **MUNICÍPIO:** ACARAÚ-CE;
- **NÚMERO DE FAMÍLIAS:** 30 UND;
- **PROVIDENCIAS:** CONSTRUÇÃO DE NÚCLEO RESIDENCIAL;
- **VALOR TOTAL PREVISTO :** R\$ 3.400.000,00;
- **SITUAÇÃO ATUAL:** EM FASE DE LICITAÇÃO.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA 2ª. ETAPA

- LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI: VIGENTE
- LICENÇA DE DESMATAMENTO DAS OBRAS:
VIGENTE
- LICENÇA DE DESMATAMENTO RACIONAL:
VIGENTE
- LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS:
VIGENTE
- LICENÇA DE ESTOCAGEM DE COMBUSTÍVEL:
VIGENTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Projeto de Irrigação Baixo Acaraú

1. A importância da Irrigação para o Nordeste Semiárido

A agricultura irrigada no Nordeste brasileiro é uma das principais atividades sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região, que é castigada pela escassez constante de chuvas, pela má distribuição do índice pluviométrico anual e até pela ausência anual de chuvas, o chamado fenômeno das Secas.

A implantação de projetos de irrigação em determinadas áreas desta região permite o desenvolvimento de cultivos intensivos, de alta produtividade e rentabilidade, proporcionados pelos 300 dias de sol por ano e pelo aporte controlado da água.

O Projeto de Irrigação Baixo Acaraú representa uma destas áreas selecionadas pelo Governo Federal para o desenvolvimento da agricultura irrigada no Estado do Ceará, e tem como objetivo promover a irrigação de 12.406 hectares.

Para facilitar a sua implantação e levando em conta a disponibilidade de recursos hídricos acumulados na bacia do Rio Acaraú, a área do Projeto foi dividida em duas etapas: a primeira contempla uma área irrigada de 8.426 ha e a segunda de 4.421ha.

Os estudos sobre o Baixo Acaraú foram iniciados em 1986, com os seguintes desdobramentos:

- **Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira de 40.000 ha**, no período de 26/11/86 até 17/07/87 e de 20/10/87 até 08/01/88;
- **Projeto Executivo do Projeto Prioritário** com área líquida irrigada de 2.583,40 ha, no período de 15/12/86 até 20/05/87 e de 10/06/87 até 10/12/87;
- **Rima e Estudo de Viabilidade do Projeto Prioritário**, no período de 10/11/87 até 08/01/88;
- **Levantamento Cadastral e da Estrutura Fundiária de 42.000 ha**, no período de 29/12/87 até 15/03/88 e de 28/03/88 até 29/04/88;
- **Projeto Básico de 12.000 ha -(1ª e 2ª Etapas)**, no período de 20/05/89 até 21/06/89 e de 20/10/89 até 20/12/89;
- **Levantamento Cadastral**, no período de 05/05/89 até 21/06/89;
- **Sondagens Geotécnicas Complementares e Adendo ao Estudo de Viabilidade** no período de 20/05/89 até 21/06/89 e de 20/10/89 até 20/12/89,
- **Plano de Reassentamento da População**, no período de 18/07/89 até 03/08/89 e de 20/10/89 até 10/12/89;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

- **Projeto Executivo de 12.000 ha-(1ª e 2ª Etapas)**, no período de 04/12/90 até 04/03/91 e de 03/06/91 até 03/11/91;
- **Início da Supervisão, Fiscalização e Assessoria Técnica da Construção das Obras do Projeto Baixo Acaraú – 1ª Etapa**, no período de 01/11/91 até o dia 30/06/92, de 01/07/92 até 05/05/93, de 03/04/96 até 31/05/97, de 02/06/97 até 31/10/97, de 01/11/97 até 31/12/97 e de 02/01/98 até 31/03/98;

O Projeto de Irrigação Baixo Acaraú constitui-se em um dos melhores e mais modernos projetos de irrigação do Nordeste, pois nele foram empregadas novas técnicas e dimensionados equipamentos modernos supervisionados por um sistema de automação com tecnologia de ponta.

2. O Projeto de Irrigação Baixo Acaraú

O Projeto Básico de Irrigação Baixo Acaraú foi elaborado em 1989 e aprovado no âmbito do Projeto Nordeste II do Banco Mundial. O Projeto Executivo foi concluído em 1991. A implantação das obras foi segmentada em duas etapas. A construção da 1ª Etapa teve início em 1993 e foi concluída em 2002.

A 1ª Etapa abrange área irrigada de 8.426 hectares encontra-se totalmente implantada com a seguinte distribuição dos lotes:

Pequenos Produtores		Técnicos		Empresas		Propriedades Adjacentes		Área Total (ha)
Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	
478	3.824	52	832	39	3.120	198	296	8.426

As principais atividades desenvolvidas no Projeto Baixo Acaraú incluem a produção de banana, manga, côco-da-bahia, melão, melancia, sapoti, acerola e outras frutas tropicais, atendendo o mercado regional de Fortaleza, Teresina, São Luís e Belém.

A implantação da 2ª Etapa do Projeto Baixo Acaraú teve início em 2008, que terá a seguinte composição e ocupação da área irrigada:

Pequenos Produtores		Técnicos		Empresas		Propriedades Adjacentes		Área Total (ha)
Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	
315	2.520	38	608	13	1.140	43	153	4.421



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

A área total para implantação do projeto já está desapropriada, restando apenas uma pequena área para o complemento da reserva legal.

Ao final da implantação do projeto, a ocupação da área ficará assim configurada:

Pequenos Produtores		Técnicos		Empresas		Propriedades Adjacentes		Área Total (ha)
Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	Número de Lotes	Área (ha)	
478	3.824	52	832	39	3.120	198	296	8.426
315	2.520	38	608	13	1.140	43	153	4.421
793	6.344	90	1.440	52	4.260	241	449	12.847

3. Os questionamentos do TCU, o posicionamento do DNOCS e a situação atual do processo

O Tribunal de Contas da União – TCU encaminhou ao DNOCS o Ofício nº. 238/2012-TCU/SECOB-4, de 30 de março de 2012, cujo anexo é o Relatório de Auditoria (TC-028.868-2011-0), com o objetivo de ouvir as razões de justificativas da autarquia.

Tais razões de justificativas foram encaminhadas ao TCU, de forma tempestiva, em 21 de junho de 2012, através do Ofício nº. 303-2012-DNOCS/DI/DG. De início, faz-se um histórico dos eventos relevantes, ao longo de todo o período de vigência do contrato, alinhando-se as intervenções que pudessem prover o entendimento das questões levantadas pelo TCU em seu Relatório de Auditoria. Em resumo:

- Em novembro de 2002, o Ministério Público Federal no Ceará opinou que o DNOCS adotasse “como valor para o orçamento global máximo da 2ª Fase do Projeto de Irrigação Baixo Acaraú a importância de R\$ 102.944.792,39, ao invés de R\$ 112.508.795,77, em razão de análise técnica que mandou proceder no processo licitatório da 2ª Etapa . O DNOCS acatou tal orientação;
- Em 2003, a Secretaria Federal de Controle Interno, mediante a Nota Técnica nº. 315/DEINT/DE/SFC/CGU-PR e o Relatório de Auditoria Especial CGU-CE nº119355, apresentou denúncia ao TCU sobre “*supostas irregularidades nos procedimentos licitatórios (Concorrência 20/2002) que resultaram no Contrato nº. PGE 46/2002, para execução das obras civis, fornecimento e montagem dos equipamentos da 2ª Etapa do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, o que ocasionou determinação da parte do Ministério Público Federal de redução do valor contratual*”;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

- Em decorrência da fiscalização efetuada no Contrato PGE 46/2002 (TC-004.770/2004-4), o TCU editou o Acórdão 1.550-2004 – Plenário, em 05.10.2004, onde não faz nenhuma alusão a preços superestimados, como se pode ler na ementa: *“Determinação ao DNOCS para que se manifeste acerca da viabilidade da retirada de equipamentos do Contrato PGE 46/02, mediante negociação com o consórcio contratado, bem como compatibilização de preço do item administração local com o preço definido no sistema SICRO.”*
- O Acórdão nº 406-2006/TCU-Plenário (mesmo processo TC-004.770/2004-4), editado depois da oitiva dos interessados, também não aduz qualquer suspeição sobre a justeza dos preços contratuais. Determina tão somente que sejam ajustados os BDI's;
- Por fim, no Acórdão 1.471/2007-Plenário, o TCU comunicou à Presidência do Congresso Nacional e à sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que foram *“corrigidas as irregularidades graves anteriormente verificadas, de modo que pode haver liberação de recursos financeiros para o início das obras, sem que exista, no momento, indicativo de risco de dano ao erário:”*
- No primeiro trimestre de 2009, um ano depois de iniciada a construção da 2ª Etapa do Projeto, a CGU no Ceará apontou indícios de sobrepreço (Relatório de Auditoria Anual de Contas do DNOCS nº. 224571-2008, na aquisição de tubos de ferro fundido e conexões da planilha contratual;
- Para exame dessa questão o Ministério da Integração Nacional criou o Grupo de Trabalho (GTM), formado por técnicos do próprio ministério, do DNOCS e da CODEVASF, e uma Comissão formada por técnicos do DNOCS. O GTM e a Comissão acordaram na existência de sobrepreços no aludido contrato;
- A SECEX/CE do TCU propôs a adoção de medida cautelar *inaudita altera pars*, determinando a cessação de pagamento no âmbito do Contrato PGE-46/2002;
- Foi, então, celebrado um aditivo ao aludido contrato entre o DNOCS e a EMSA, com o objetivo de reter, até a decisão definitiva do TCU, os valores da diferença entre os preços contratuais e os calculados pelo GTM. Tal procedimento vem sendo adotado desde então;
- A diferença entre os valores da amostra dimensionada pela SECOB calculados pelos preços contratuais e pelos de referência, indexados a novembro de 2007, é de R\$ 8.598.993,93. Retroagindo-se a novembro de 2002 pelos índices de reajustamento contratuais, a diferença é de R\$ 6.100.108,79, equivalente a 6% do custo da obra;
- Sabe-se que aplicação de índices em longo período de tempo (2002 a 2008) causa e potencializa distorções relevantes e que os índices de reajustes de preços



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

podem não ser capazes de refletir com propriedade a real variação de preços ocorrida em um elevado transcurso de tempo.

Diante das justificativas apresentadas, em 27 de julho de 2012 a área técnica do TCU (SECOB-4 – 2ª DT) se pronunciou, propondo a “**reclassificação do achado** “Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado”, relativo ao Contrato PGE 46/2002-Dnocs, **de IG-P para IG-R**, com espeque no art. 91, § 1º, inciso V, da Lei 12.465, de 12 de agosto de 2011” (documento anexo).

4. Solicitação do DNOCS

Em função desta análise, e considerando-se que os valores que estão sendo retidos preservam o erário de danos, o que já foi reconhecido pela própria área técnica do TCU; considerando-se ainda que a indicação de IGP já foi reclassificada para IG-R pela mesma instância técnica que a propusera e que não há decisão do TCU, monocrática ou colegiada, solicita a não inclusão do contrato em tela no Anexo VI da LOA 2013.

Eng.º Glauco Rogério de Araújo Mendes
Coordenador de Obras – DNOCS